

tugal de acordo com a matriz de Filadélfia.

A construção das novas penitenciárias para substituir as cadeias do Antigo Regime não teve concretização, com excepção, de facto, para a de Lisboa, cujo início dos trabalhos remonta aos finais de 1872, mas que só entrou em funcionamento em 1885, um ano antes da publicação do Novo Código Penal (1886).

Na verdade, as ideias preconizadas pelos nossos primeiros liberais só viriam a ser implantadas um século depois, durante o Estado Novo (28 de Maio de 1936).

A reforma do governo de Oliveira Salazar foi, efectivamente, uma reforma sistémica, uma vez que as alterações abrangeram vários sectores.

No Ministério da Justiça é criado o Conselho Superior dos Serviços Criminais, bem como a Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, que, através do seu Gabinete de Estudos, passou a publicar, semestralmente, o *Boletim da Administração Penitenciária e do Instituto de Criminologia*, uma espécie de fórum de debate e reflexão, enquanto o pessoal ao serviço das penitenciárias passou a ter formação específica.

As prisões foram classificadas em centrais (para penas menores), penitenciárias (regime de segurança máxima), colónias penitenciárias (detidos com penas de longa duração) e ainda em especiais, como prisão-escola, prisão-sanatório, prisão-hospital, prisão-asilo e prisão política. Em pouco mais de uma década seria construída uma rede prisional à esca-

la nacional e, um pouco mais tarde, publicado o novo Código Penal de 1954, sendo ministro da Justiça Cavaleiro Ferreira.

Pode mesmo dizer-se que o modelo do Estado Novo é, nas suas linhas fundamentais, orgânicas, funcionais e doutrinárias, o que actualmente existe no país.

Oxalá que o trabalho de Maria José Moutinho Santos permita abrir caminho para outros estudos, sobretudo da época contemporânea, onde, de facto, poderá aquilatar-se da verdadeira dimensão política do dispositivo prisional, e sirva também de orientação estratégica aos actuais responsáveis políticos pelo sistema.

JOSÉ SUBTIL

*Maria Filomena Mónica, Fontes Pereira de Melo*, Lisboa, Afrontamento, 1999.

São ainda escassos os estudos sobre as personagens políticas que traçaram os caminhos do constitucionalismo português. A figura de António Maria Fontes Pereira de Melo, da qual se ocupa Maria Filomena Mónica, é uma daquelas que, independentemente do desempenho político, marcado por forte originalidade, na pacatez de um ancestral universo político, souberam impor-se entre os seus pares. Com indiscutíveis qualidades de comando, diferenciou-se num país tradicionalista, de veia rural, escassa-

mente alfabetizado, periférico no contexto europeu e onde as novidades assumiam um carácter mais provocatório do que utilitário.

Militar de carreira, apetrechado com os ensinamentos da Escola Naval e, posteriormente, com o curso da Academia de Fortificação — futura Escola do Exército —, apresenta-se ao país com as habilitações próprias da arma de engenharia, a qual havia sido instituída em 1812, escassos anos antes do seu nascimento. De intervenções bélicas pouco reza a sua existência, embora, com 28 anos, tenha participado na sublevação da *Maria da Fonte*. Embora escalando todos os patamares da carreira militar — morre com a patente de general de divisão —, é na política activa, no entanto, que vai assentar o seu *cursus honorum*. Estruturado o Partido Regenerador, Fontes é figura activa na governação pública, ocupando, em sucessão, as pastas da Marinha e Ultramar, da Fazenda do Reino, da Guerra, das Obras Públicas, Comércio e Indústria, esta em 1852, ano em que se inicia uma nova gestão, original e ímpar, que irá impulsionar uma transformação material jamais conhecida em Portugal. Progresso e fontismo serão sinónimos a partir daí. Maria Filomena Mónica, neste seu estudo, baseado em documentação inédita, demonstrando seguros conhecimentos da época em que se desenrola a acção de Fontes e uma precisa e clara observação do ambiente social e político então vivido, analisa uma figura da máxima im-

portância na segunda metade do século XIX. Mais do que um mero ensaio biográfico, a autora traça, na verdade, o «retrato» do homem através da obra por ele realizada. Entre 1851 e 1885, por três décadas, Fontes Pereira de Melo governou vinte anos, dos quais doze como presidente do Conselho de Ministros.

Tantas outras figuras de então que, como Fontes, comungaram dos mesmos ideais ou, opondo-se à sua política, alcançaram lugares preponderantes, estão esquecidas, aguardando muitas delas um simples esboço para progressivo esclarecimento de abissais lacunas historiográficas. Ao dissecar a obra realizada pelo carismático político nesses três decénios, a autora traz, no entanto, à luz do dia figuras políticas de primordial importância que inteiramente justificariam a atenção dos historiadores. De facto, só assim se abrirão pistas para compreender as respostas então dadas perante os condicionalismos sociais e económicos que precederam de perto a I República. A prosperidade pública prometida pelos ideólogos de 1820 não fora ainda concretizada. As tentativas de Mouzinho da Silveira, outro vulto enorme do liberalismo português, esvaíram-se na enxurrada das lutas políticas para imposição do novo regime. Fontes Pereira de Melo veio, enfim, dar cobertura aos anseios de uma burguesia que almejava um país verdadeiramente europeu. Filomena Mónica, numa análise minuciosa, passo a passo, dá-nos conta do quotidiano de um político teimoso e

obstinado, subtil e apaziguador, que soube combater com denodo a saga ancestral do atraso. A almejada prosperidade pública, subjacente à ideia de progresso, irá ter lugar por quem atacou de frente o marasmo e conformismo enraizados.

Em 1832 a «única via decente que existia no país continuava a ser a que ligava Lisboa a Coimbra». Com Fontes inicia-se a nova era; caminhos de ferro e estradas irão constituir, a partir daí, a preocupação do jovem estadista. Havia que sobrepor-se às polémicas, Fontes soube ultrapassá-las, resolvendo desde logo os problemas de financiamento para impor as suas *obras públicas*, porque «não estava disposto a resignar-se sob o céu benigno de um país arruinado». A 7 de Maio de 1853, na presença de D. Maria II e D. Fernando, arrancava o caminho de ferro, «o resto viria por acréscimo». Mas a obra de Fontes não se esgotava em comboios ou nas vias que os conduziam. Por esse tempo, no Ministério das Obras Públicas, estudava-se a construção de uma rede telegráfica que cobrisse o país. A precariedade material não seria um obstáculo à realização de uma obra que viria «trazer a riqueza e a prosperidade a este país». Os mais de 1500 km de vias então construídas devem-se, na sua maioria, ao esforço de Fontes Pereira de Melo. À data da sua morte, Portugal era atravessado por 6500 km de estradas e 6000 km de vias telegráficas. Maria Filomena Mónica, nas duas centenas de páginas que compõem o seu excelente estudo,

põe em evidência a personalidade ímpar de um técnico competente, dotado de grande talento político e boa preparação intelectual. É sintomático o facto de nos interregnos da sua actividade política, em mais do que uma ocasião, ter viajado pela Europa, contactado com as *novidades*, visitado os certames internacionais onde se patenteava o que de mais avançado era colocado ao serviço das sociedades, relacionando-se ainda com prestigiosos governantes, para criar novas condições de progresso.

Fontes Pereira de Melo, que, com o maior êxito, se estreia como deputado no ministério Saldanha, que desempenha com sucesso a política de oposição no governo de Thomar, impõe-se como orador da tribuna política e parlamentar aquando da «lei dos rolhas». Ao estadista coube o mérito de se aperceber, logo no início da sua carreira, da necessidade de apaziguar forças sociais em confronto para, em paz, iniciar uma obra de regeneração. Com um exército dividido em facções de profunda oposição, em constante luta pelo poder, e com um funcionalismo público mal pago, com uma incipiente estrutura administrativa, Fontes não poderia realizar a sua obra face aos obstáculos de toda a ordem que se lhe deparavam e que, desde 1820, não se haviam solucionado.

Os exércitos nos quartéis para o desempenho das suas funções de defesa do país e os funcionários públicos a viverem sem se ocuparem da política era, afinal, a meta almeja-

da para fazer progredir o país. Filomena Mónica patenteia os esforços do estadista para aquietar essas forças sociais. Fontes Pereira de Melo, que, com a morte de Rodrigo da Fonseca, se assumiu como o verdadeiro e incontestável chefe do Partido Regenerador, irá, a partir daí, encetar uma política hábil nesse sentido, a par de todos os esforços que levou a cabo para debelar a crónica instabilidade governativa. No ministério sob a sua presidência e na pasta da Fazenda almejou e conseguiu modificar a constituição do Estado, introduzindo um novo acto adicional à Carta. Através de uma reforma, iniciada em 1878, transformou a Câmara dos Pares em vitalícia, acabando com o pariato hereditário, lutou e conseguiu uma reforma eleitoral, aprovada já na fase final da sua liderança, com a qual obteve que o Partido Progressista se tornasse a alternância no poder dando, assim, maior consistência e força ao rotativismo para enfrentar as ameaças do crescente Partido Republicano. Quem se interesse pela obra de Fontes Pereira de Melo, após a leitura deste livro, fica a conhecer, na sua plenitude, o significado de fontismo na segunda metade do século XIX. Ocorrenos, no entanto, questionar até que ponto se apreende nesta obra como a marca imperecível de uma formação militar incide sobre a personalidade de Fontes, tal é a empatia do político com as forças castrenses. Não se descua, obviamente, que no decorrer deste aliciente texto não se omite jamais o pendor do estadista pela

instituição que serviu até à morte. Efectivamente, acreditamos que boa parte do seu êxito político reside, precisamente, no cuidado e atenção que dedicou ao exército, honrando-o, dignificando-o e, fundamentalmente, pacificando-o. Militar distinto, filho de militar de alta patente, ressaltam, na persistente e tenaz vontade deste político e no seu carácter muitos dos valores que, embora nem sempre compreendidos, a tradição confere aos militares. Esta instituição não tem tido entre nós o destaque que devia merecer a uma história interessada em conceber as forças armadas como muito mais do que simples corpos humanos destinados a fazer guerra; no exército, na sua configuração, mentalidade, actuação e estratégia evidenciam-se, de maneira especial, as características próprias de uma dada sociedade, da sua maneira de pensar e da sua conformação social. Insiste-se que no estudo biográfico de Maria Filomena Mónica sobressai o cuidado que Fontes, político atento, dedica aos militares. A autora alude à simpatia e atenção com que Fontes se lhes dirige num discurso, como deputado da oposição, logo em 1860, descreve a sua nomeação como ministro da Guerra e as medidas que tomou e que foram, nessa altura, saudadas com o maior entusiasmo. Fontes, em todo o seu percurso político, jamais descua essa instituição, propondo reformas sucessivas, estabelecimento de quadros através da criação de novos regimentos de infantaria, cavalaria e artilharia, aumentos salariais e apetrechamento técnico com a fi-

nalidade de o equiparar ao que de mais avançado existia na Europa. Não é por acaso que no decorrer dos seus governos surgem estudos especializados e oficiais do exército a elaborar ensaios históricos numa profusão jamais conhecida em Portugal e que ele próprio funda a *Revista Militar*, onde escreve um artigo sobre caminhos de ferro.

Fontes, ao contrário da maioria dos políticos, não encarava o exército como um detalhe, um pormenor institucional ao lado de tantos outros prismas da sociedade, uma mera alínea. Parecendo jamais descurar a observação profunda de Oliveira Martins acerca do papel arbitral que, em sociedades como a portuguesa, as forças castrenses são chamadas — justa ou injustamente — a cumprir, demonstrava perceber que o exército é indiscutivelmente um dos mais fiéis espelhos para reflectir a realidade histórica.

Maria Filomena Mónica, ao «traçar o retrato de um homem» através da obra realizada, poderia ter concluído que boa parte do seu êxito fica a dever-se ao esmerado interesse que dedicou ao exército do seu país. Como factor explicativo da sua longa permanência à frente do executivo, não se descurou a confiança que o rei D. Luís nele depositava. Deduz-se, no entanto, que essa «ajuda» pode não ter sido decisiva. É a própria autora que, reconhecendo que a obra de Fontes no sector militar «tem merecido pouca atenção», conclui que «a intervenção dos militares na política» sempre desagradou a um estadista que sabia que «uma das

melhores formas para manter o exército fora da política era pagá-lo bem e a horas». Ao erigir-se esta biografia, é-nos oferecida a história de um engenheiro militar com os pés bem assentes na terra. Este político que sempre desejou «a liberdade sem anarquia e a ordem sem despotismo», contra tudo e contra todos, que conseguiu ultrapassar mil escolhos, tradições obsoletas, círculos viciosos de miséria e pobreza, costumes ancestrais e atavismos de antigo regime soube, ainda e sempre, preparar a retirada no momento oportuno.

O retrato do homem que nasceu «com o sol da liberdade» e se criou «ao seu bafejo», que jamais traiu essa sua circunstância e que nunca corrompeu o regime liberal surge, na sua plena estatura, no trabalho de Maria Filomena Mónica. É esse o grande mérito da autora.

ANTÓNIO PEDRO VICENTE

*Nuno Gonçalo Freitas Monteiro, O Crepúsculo dos Grandes: a Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750-1832)*, Lisboa, INCM (col. «Análise Social»), 1998.

Que Nuno Monteiro, *belcantista* confesso, se afaste da sua estética de eleição citando, no título do seu livro, nada menos do que a ópera wagneriana, denuncia bem que o tema se impõe ao autor como algo de grandioso e, num certo sentido, trágico.